



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO**

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 77 DE 30 DE MARÇO DE 2022

Regulamenta os Cursos de Extensão, vinculados a Pró-Reitoria de Extensão – PREX, no âmbito da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 24 de março de 2022, e considerando:

- o Processo nº 23855.000897/2022-39;
- a necessidade de regulamentar os Cursos de Extensão da Universidade Federal do Delta do Parnaíba previstas no Estatuto da UFDPAr, e Regimento Geral desta Instituição de Ensino Superior - IES;
- a importância dos Cursos de Extensão como mecanismos de maior interação e aproximação entre a Comunidade e a Universidade;
- a presença, no público-alvo desses Cursos, de ampla e diversificada clientela, não necessariamente portadora de grau acadêmico de nível superior;
- a Lei Nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

**Seção I
Das Definições**

Art. 1º Caracterizam Cursos de Extensão Universitária aqueles que contemplam um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, e que favoreçam a socialização e a apropriação, pela comunidade, de conhecimentos produzidos na Universidade, ou fora dela, de forma presencial ou à distância, contribuindo para uma maior articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais.

Art. 2º Os Cursos de Extensão, conforme objetivos, conteúdos e carga horária podem ser classificados em: Cursos de Aperfeiçoamento, Cursos de Atualização, Cursos de Formação Complementar e Cursos de Difusão.

I - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO objetiva a formação continuada de profissionais em uma área do conhecimento. Tem carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, devendo constituir-se em um conjunto estruturado de disciplinas ou atividades correlatas, cada uma com carga



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

horária mínima de 08 (oito) horas, organizadas em módulos de, no mínimo, 30 (trinta) horas;

II - CURSO DE ATUALIZAÇÃO visa ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área de formação ou de atividade profissional específica, com amplitude e abrangência menos complexa que aquela exigida para o Curso de Aperfeiçoamento. Tem carga horária mínima de 30 (trinta) horas, computado o tempo de estudo individual e em grupo, ou de atividades extraclasse, desde que estes não ultrapassem o limite de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso;

III - CURSO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR tem como objetivo oferecer noções complementares e/ou aprofundar conhecimentos em áreas específicas, inseridas dentro das atividades acadêmicas da Instituição. Com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, não computado o tempo de estudo individual e em grupo, sem assistência docente, ou de atividades extraclasse;

IV - CURSO DE DIFUSÃO tem como objetivo divulgar cultura, conhecimentos e técnicas de trabalho à comunidade. Tem carga horária mínima de 04 (quatro) horas.

Parágrafo Único - O Curso que não alcançar a carga horária mínima em qualquer que seja a modalidade descrita no artigo anterior, poderá ser classificado como Evento de Extensão e cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão - PREX, na Coordenadoria de Cursos e Eventos - COCEX/PREX, desde que atenda às normas que regulamentam tais eventos e seja solicitado pelo proponente.

Art. 3º Os Cursos de Extensão aqui descritos estão, indistintamente, sujeitos à ordenação estabelecida pela presente Resolução.

Seção II
Do Público-Alvo

Art. 4º Os Cursos de Extensão deverão contemplar público interno e externo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Art. 5º Os Cursos de Extensão, conforme os pré-requisitos para seu ingresso, podem ser classificados como:

I - Cursos Livres - sem exigência de grau de escolaridade dos participantes;

II - Cursos de Formação Continuada - exigência de comprovante de conclusão do grau de escolaridade de acordo com o objetivo e o público-alvo a que se destina: Nível Fundamental, Nível Médio ou Nível Superior.

Art. 6º Os Cursos de Extensão têm como objetivo precípuo, o atendimento às demandas e necessidades da sociedade parnaibana, piauiense e brasileira, devendo sua realização favorecer o cumprimento eficiente e eficaz das missões prescritas no Plano de Desenvolvimento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

Institucional - PDI, da UFDPAr e Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução Nº 07 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018).

Parágrafo Único - Os Cursos de Extensão, no âmbito da UFDPAr, só se justificam em face de ganhos acadêmicos para a Instituição e para os segmentos da sociedade/comunidade envolvidos, com a imersão dos participantes em um ambiente acadêmico que favoreça o desenvolvimento de novas técnicas, abordagens e metodologias.

Seção III
Da Criação, da Autorização e da Execução

Art. 7º A realização de um Curso de Extensão na UFDPAr, obedece às seguintes etapas:

- I - Elaboração da proposta em formulário próprio, disponível no SIGAA e no site da COCEX/PREX, conforme anexo;
- II - Submissão e aprovação aos Colegiados de Cursos;
- III - Submissão da proposta à Pró Reitoria de Extensão - PREX;
- IV - Apreciação e aprovação pela Câmara de Extensão - CAMEX/PREX;
- V - Cadastro da proposta pela COCEX/PREX.

Art. 8º A realização de Curso de Extensão na UFDPAr com captação de recursos através de taxa de inscrição, além de obedecer às etapas descritas no artigo anterior, deverá ter sua proposta aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, seguindo tramitação necessária para disciplinar o uso dos recursos.

Art. 9º A COCEX/PREX não fará o cadastramento de nenhum Curso de Extensão que não tenha cumprido previamente todas as etapas previstas nos artigos 7º e 8º, antes da sua realização.

Art. 10º A oferta de Curso de Extensão na UFDPAr envolvendo captação de recursos, sem a devida autorização do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE é, terminantemente, proibida.

Art. 11º O Curso de Extensão deverá ser obrigatoriamente ofertado, com o número mínimo de participantes, como previsto na proposta.

Parágrafo Único – Os Cursos de Extensão devem ser submetidos a COCEX com um prazo mínimo de 60 dias anteriores à data de início, de modo a atender o tempo hábil necessário para a tramitação em todas as instâncias prévias a realização do Curso.

Art. 12º A divulgação dos Cursos de Extensão, ofertados pela UFDPAr, é obrigação da equipe técnica proponente do Curso, podendo contar com a colaboração da COCEX/PREX.

Parágrafo Único - A confecção do material de divulgação do Curso é de responsabilidade da equipe técnica do Curso, devendo ser enviado a PREX para conhecimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

Art. 13° O funcionamento dos Curso de Extensão será autorizado pelo prazo máximo de dois anos e, ao final, deverá ser comprovada a existência de demanda, caso seja necessária a tramitação de uma nova proposta de Curso, para apreciação e aprovação em todas as instâncias elencadas nos artigos 7° e 8° desta Resolução.

Seção IV
Da Coordenação e do Corpo Docente

Art. 14° Cada Curso de Extensão terá um(a) Coordenador(a) e, se necessário, um(a) Coordenador(a) Adjunto(a), Docente ou Servidor Técnico-Administrativo de nível superior, sendo do quadro efetivo da UFDPAr ou docentes com contratos temporários, desde que o Curso seja finalizado durante o período de vigência do contrato do Docente.

§ 1º - A participação de servidores Técnicos-Administrativos e de Docentes com contrato temporário da Universidade está sujeita às exigências e restrições de seu Regime Jurídico de Trabalho.

§ 2º - O(a) Coordenador(a) com retribuição pecuniária não poderá coordenar, ao mesmo tempo, mais de um Curso de Extensão, nem coordenar, sequencialmente, o mesmo Curso por mais de 02 (dois) anos e só poderá vir a ser novamente Coordenador(a) do mesmo Curso de Extensão após um interstício de 02 (dois) anos.

§ 3º - No caso de substituição da coordenação, o(a) Coordenador(a) Adjunto(a) assumirá o Curso e a substituição deverá ser imediatamente informada, via protocolo da UFDPAr à COCEX/PREX.

§ 4º - No caso do(a) Coordenador(a) Adjunto(a) não assumir o Curso, este deverá imediatamente informar, via protocolo da UFDPAr à COCEX/PREX, um novo(a) Coordenador(a).

Parágrafo Único – No caso de não haver nenhum Coordenador do Curso este será automaticamente cancelado.

Art. 15° O corpo docente dos Cursos de Extensão será constituído, preferencialmente, por Docentes ou servidores Técnicos-Administrativos da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

§ 1º - Poderão também integrar o corpo docente dos Cursos de Extensão da UFDPAr, profissionais titulados de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, desde que resguardado o limite máximo de 30% (trinta por cento). Este limite apenas poderá ser excedido em casos especiais, como por exemplo a inexistência de Docentes da UFDPAr com a experiência necessária aos objetivos do Curso e mediante parecer técnico da CAMEX/PREX, que justifique a exceção.

§ 2º - Os Cursos de Extensão poderão ser realizados em parceria com outras Instituições públicas e privadas, condicionando-se, nesse caso, que o(a) Coordenador(a) seja Docente pertencente ao quadro efetivo da UFDPAr.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

§ 3º - Em casos especiais, profissionais não titulados, com notório conhecimento na área, poderão ministrar disciplinas e/ou conteúdos em Cursos de Extensão. No entanto, a Coordenação do Curso deverá apresentar justificativa comprobatória da referida experiência.

§ 4º - Os Cursos de Extensão poderão ser ministrados, também, por estudantes, desde que seja coordenado por um Docente pertencente ao quadro efetivo da UFDPAr, mediante justificativa circunstanciada constante na proposta de sua criação.

Art. 16º Nos casos em que os ministrantes dos Cursos de Extensão receberem retribuição pecuniária, deverá ser feita uma seleção amplamente divulgada através de chamada interna e/ou externa pela COCEX/PREX.

Parágrafo Único - Será dispensada a seleção através de chamada interna e/ou externa, quando o Curso de Extensão for ministrado por um único membro do corpo Docente do Curso, sendo este o proponente do Curso.

Seção V
Certificação

Art. 17º Os Cursos de Extensão regulados por esta Resolução, estão obrigados à apuração de frequência, ao acompanhamento sistemático via relatórios e à verificação formal de aprendizagem em acordo com a proposta submetida do Curso.

Art. 18º Após a conclusão do Curso de Extensão, a Coordenação terá um prazo máximo de até 30 (trinta) dias para apresentar à COCEX/PREX o relatório das atividades. O modelo do relatório está disponível no SIGAA e no site da COCEX/PREX, devendo constar no relatório a relação de todos os participantes a serem certificados.

Parágrafo Único - Caso o relatório final não seja aprovado pela COCEX/PREX, o(a) Coordenador(a) do Curso terá um prazo de até 30 (trinta) dias para as providências necessárias e para a apresentação de novo relatório.

Art. 19º A expedição dos certificados de conclusão dos Cursos de Extensão é de competência exclusiva da COCEX/PREX.

Seção VI
Recursos Financeiros e Materiais

Art. 20º A elaboração de um quadro orçamentário, com previsão de captação de recursos e financiamento é obrigatória para a proposta prevista no artigo 8º desta Resolução.

Parágrafo Único - A cobrança de taxa para inscrição nos Cursos de Extensão poderá ocorrer, desde que:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

1 - A referida cobrança esteja prevista na configuração orçamentária de seu plano de trabalho, quando de sua autorização e cadastramento junto a PREX;

2 - Tenha sido prevista a reserva de 10% das vagas gratuitamente para o público interno e externo à UFDPAr, comprovando a vulnerabilidade social no ato de requisição de isenção.

Art. 21º A captação de recursos dos Cursos de Extensão, para efeito de gestão administrativa e financeira estritamente necessária à sua execução, poderá ser realizada:

1 - Por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, disponibilizada na internet. Nesse caso, a taxa arrecadada será recolhida pela Conta Única do Tesouro, e as despesas condicionadas ao Pregão da UFDPAr;

2 - Por meio da celebração de convênio ou contrato com uma Instituição de Apoio, nos termos da Lei Nº 8.958/1994, com as modificações introduzidas pela Lei Nº 12.863/2013. Neste caso, a movimentação financeira está condicionada à planilha elaborada juntamente com a FADEX e obrigatoriamente será destinada até 10% da receita à referida Fundação de Apoio e até 10% à UFDPAr;

3 - Por meio da celebração de um Termo de Cooperação com Instituição parceira (Associação ou Fundação sem fins lucrativos) que tenha afinidades com a proposta, para que esta possa gerenciar e promover o Curso. Nesse caso, há necessidade de esclarecimentos sobre a efetiva participação da Instituição parceira e da UFDPAr, e de ressarcimento, de até 10% a esta última, pelo uso da sua estrutura.

Parágrafo Único - Em quaisquer casos de ocorrência do previsto deste artigo, a proposta deverá ser submetida ao CONSEPE.

Art. 22º A compra de material e/ou equipamento, destinados aos Cursos de Extensão, será feita mediante solicitação prévia à PREX e seguindo o rito já adotado pela Fundação de Apoio, no caso de projetos realizados em convênio ou contrato com a mesma, ou pela Pró-Reitoria de Administração - PRAD, na hipótese do item 1º do artigo 21.

§ 1º - A solicitação de aquisição do material deverá ser encaminhada à PREX, pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

§ 2º - Os materiais e equipamentos adquiridos com recursos oriundos da execução dos Cursos de Extensão integrarão, obrigatoriamente, o patrimônio da UFDPAr, mediante termo de doação.

§ 3º - O material previsto no *caput* deste artigo, quando for bibliográfico, deverá ser incorporado ao acervo do Sistema de Bibliotecas da UFDPAr, mediante termo de doação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

Seção VII
Da Retribuição Pecuniária

Art. 23º A percepção de retribuição pecuniária pelos Docentes ou servidores Técnicos-Administrativos do quadro efetivo da UFDPAr, referentes aos Cursos de Extensão devem seguir às seguintes condições:

I - que a remuneração não entre em contradição com os regramentos legais em vigor e contemple os parâmetros estabelecidos pelas Instruções Normativas do Governo Federal para a matéria;

II - que a atividade extensionista se caracterize como atividade eventual e/ou esporádica, e a carga horária na atividade não exceda os limites legais estabelecidos pelo Decreto Nº 6.114/2007, pela Lei Nº 8.112/1990 e pelas Resoluções Nº 190/2011/CEPEX e pela Lei Nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.

III - que a atividade extensionista não seja contada para progressão funcional, computada como carga horária regular do docente e nem implique em redução da mesma;

IV - que o valor da hora-atividade desenvolvida seja estabelecida em conformidade com a Resolução Nº 013/07 — CONSUN, de 25/05/07 e Anexo 1, da Resolução Nº 015/2009/CAD, de 24/09/2009;

V - que a solicitação de pagamento seja encaminhada à PREX, pelo Coordenador do Curso.

Seção VIII
Das Disposições Finais

Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pela PREX, ouvidas: o(a) Coordenador(a) da proposta, a Pró-Reitoria de Administração - PRAD, a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PROPLAN, em conformidade com a legislação vigente e, em última instância, serão resolvidos pelo CONSEPE.

Art.25. Esta Resolução entra em vigor em 02 de maio de 2022, conforme disposto nos incisos 1 e 11 do art. 4º, do Decreto nº 10.139/2019.

Prof. Dr. Alexandre Marinho Oliveira
Reitor da UFDPAr